

1.000

QUESTÕES PARA
POLÍCIA
PENAL-SP

SUMÁRIO

PORTUGUÊS	9
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	9
→ ACENTUAÇÃO.....	9
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	10
→ SUBSTANTIVO	10
→ ADJETIVO	11
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	12
→ PRONOMES PESSOAIS.....	14
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	15
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	16
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.)	17
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	20
→ CRASE.....	21
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES — PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES ETC.)	22
→ LINGUAGEM FORMAL E INFORMAL	24
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	26
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	28
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	55
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	65
→ CLASSICISMO (CAMÕES, SÁ DE MIRANDA ETC.).....	71
→ BARROCO (BENTO TEIXEIRA, GREGÓRIO DE MATOS, PE. ANTÔNIO VIERA ETC.).....	71
→ REALISMO/NATURALISMO (MACHADO DE ASSIS, ALUÍSIO AZEVEDO, R. POMPEIA ETC.).....	72
→ PRÉ-MODERNISMO (E. DA CUNHA, LIMA BARRETO, M. LOBATO, A. DOS ANJOS ETC.)	72
→ MODERNISMO - 3ª GERAÇÃO (G. ROSA, C. LISPECTOR, JCM NETO ETC.).....	73
 MATEMÁTICA	 77
→ EVENTOS E ESPAÇO AMOSTRAL.....	77
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	77
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL	79
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	80

→ PROBABILIDADE DA UNIÃO	81
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES	81
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	82
→ TEOREMA DA PROBABILIDADE TOTAL.....	82
→ TEOREMA DE BAYES.....	82
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	83
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	83
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	84
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	85
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES).....	87
→ PORCENTAGEM.....	92
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	95
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	96
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	98
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	99
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO VELOCIDADE, ESPAÇO, TEMPO	100
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO ETC.)	100
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	103
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	105
→ FUNÇÃO DE PRIMEIRO GRAU	106
→ RAZÕES E FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS. CICLO TRIGONOMÉTRICO	106
→ MATRIZES	106
→ POLINÔMIOS E EQUAÇÕES POLINOMIAIS. EXPANSÃO DE BINÔMIOS. TRIÂNGULO DE PASCAL	107
→ TEOREMA DE TALES	107
→ RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO (INCLUI TEOREMA DE PITÁGORAS).....	107
→ GEOMETRIA ESPACIAL	108
→ GEOMETRIA ANALÍTICA.....	109
→ JUROS SIMPLES	111
→ JUROS COMPOSTOS.....	111

HISTÓRIA 115

→ O GOLPE DE 1930 E O GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934).....	115
→ GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934-1937) E A CONSTITUIÇÃO DE 1934	115
→ O ESTADO NOVO (1937-1945): A GUINADA AUTORITÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DE 1937.....	116
→ AS REFORMAS INSTITUCIONAIS: O BRASIL SEGUNDO VARGAS	116
→ ECONOMIA NA ERA VARGAS: DO CAFÉ À INDÚSTRIA.....	117
→ POLÍTICA EXTERNA NA ERA VARGAS	117
→ POLÍTICA: ENTRE A CONTINUIDADE E AS CRISES (REPÚBLICA LIBERAL)	117
→ ECONOMIA NA REPÚBLICA LIBERAL	118
→ O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES: INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO	118

→ CONSTITUIÇÃO DE 1967 E AS MODIFICAÇÕES DE 1969	118
→ A ORDEM E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA	118
→ A REDEMOCRATIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	119
→ POLÍTICA NO BRASIL ATUAL	119
→ SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)	120
→ GUERRA FRIA E AS SUPERPOTÊNCIAS	120
→ O FIM DA BIPOLARIDADE E A NOVA ORDEM MUNDIAL.....	122

GEOGRAFIA125

→ GLOBALIZAÇÃO E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	125
→ SISTEMAS POLÍTICO-ECONÔMICOS.....	126
→ COMÉRCIO MUNDIAL.....	127
→ BLOCOS REGIONAIS.....	127
→ URBANIZAÇÃO MUNDIAL.....	128
→ URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.....	128
→ METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL.....	130
→ AGRONEGÓCIO	130
→ GEOGRAFIA POLÍTICA NO MUNDO	132
→ FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL	132
→ ACORDOS E TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE MEIO AMBIENTE	132
→ MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AQUECIMENTO GLOBAL	133
→ GEOLOGIA E RELEVO.....	134
→ SOLOS	136
→ CLIMAS DO BRASIL.....	136
→ HIDROGRAFIA BRASILEIRA	136

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 139

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º, DA CF, DE 1988).....	139
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	146
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	147
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	148
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144, DA CF, DE 1988)	149

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL 151

→ DIREITO ADMINISTRATIVO — DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º, DA LEI Nº 12.527, DE 2011)	151
→ DIREITO ADMINISTRATIVO — DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º, DA LEI Nº 12.527, DE 2011).....	152
→ DIREITO ADMINISTRATIVO — DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20, DA LEI Nº 12.527, DE 2011)	153

→ DIREITO ADMINISTRATIVO — DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34, DA LEI Nº 12.527, DE 2011).....	156
→ DIREITO CONSTITUCIONAL — DA SEGURANÇA PÚBLICA (ARTS. 139 A 143, DA CE-SP)	156

ADMINISTRAÇÃO E CONSTITUCIONAL

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º, DA CF, DE 1988)

1. (FGV – 2023) Após inúmeras audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa do Estado Alfa, um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei, que veio a ser aprovado, dando origem à Lei nº XX. De acordo com esse diploma normativo, direcionado à proteção dos animais, era expressamente permitido o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

Irresignado com a permissão de sacrifício estabelecida na Lei nº XX, uma associação de proteção aos animais consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe corretamente respondido que o referido diploma normativo é:

- a) inconstitucional, pois afronta a competência privativa da União para legislar sobre a proteção da fauna.
- b) constitucional, pois resguarda a liberdade religiosa e o exercício de uma manifestação cultural.
- c) inconstitucional, pois afronta a laicidade do Estado, que não deve se imiscuir em questões religiosas.
- d) constitucional, pois a proteção constitucional é direcionada aos seres humanos, não aos animais.
- e) inconstitucional, pois é vedada a submissão dos animais a qualquer espécie de sofrimento.

2. (FGV – 2023) Um grupo de policiais alcançou a inferência lógica de que estariam sendo praticados crimes no interior de certa residência familiar. Esses policiais formaram o seu raciocínio a partir da constatação de que, de tempos em tempos, ali ingressavam pessoas que, pela sua aparência física e pelas roupas que utilizavam, muito provavelmente estariam envolvidas na prática de crimes. Por tal razão, decidiram ingressar no local, contra a vontade dos moradores, e ali encontraram centenas de quilos de substâncias entorpecentes de uso proibido.

Considerando a sistemática constitucional, é **correto** afirmar que o ingresso na residência foi

- a) ilícito, considerando a inexistência de ordem judicial e em razão da ausência de qualquer indício prévio de flagrante delito no local.
- b) lícito, embora inexistisse ordem judicial, o que decorria da situação de flagrante delito, podendo ter sido efetivado durante o dia ou durante a noite.
- c) ilícito, considerando que os policiais, em nenhuma hipótese, podem ingressar na residência alheia sem ordem judicial e contra a vontade dos moradores.
- d) lícito, embora inexistisse ordem judicial, o que decorria da situação de flagrante delito, cuja ocorrência deveria ser demonstrada em juízo em momento posterior.

- e) lícito, considerando que o flagrante delito legitima o ingresso na casa alheia ainda que sua descoberta seja fortuita, pois a sua existência excepciona a inviolabilidade do domicílio.

3. (FGV – 2023) A República Federativa do Brasil celebrou três tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. O primeiro deles foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros. O segundo foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros. O terceiro, por sua vez, foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria simples dos respectivos membros.

João, estudante de direito, constatou que os três tratados internacionais colidiam materialmente com o Art. X da Constituição da República, que dispõe sobre a organização de um colegiado do Poder Executivo, e com o Art. Y da Lei federal nº 123, que integrou a eficácia de um direito fundamental. A partir dessa constatação, questionou o seu professor a respeito dos efeitos da incorporação desses tratados à ordem interna.

O professor respondeu corretamente que, com a sua incorporação à ordem interna,

- a) apenas o primeiro e o segundo tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e o Art. Y da Lei nº 123.
- b) os três tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e não receberam o Art. Y da Lei nº 123.
- c) apenas o primeiro tratado revogou o Art. X da Constituição da República, mas não recebeu o Art. Y da Lei nº 123.
- d) nenhum dos três tratados pode ser aplicado na ordem interna, já que colidem com o Art. X da Constituição da República.
- e) os três tratados têm natureza infraconstitucional, mas suprallegal, de modo que não afetaram a eficácia do Art. X da Constituição da República e revogaram o Art. Y da Lei nº 123.

4. (FGV – 2023) Enéas, hábil escritor, almejava elaborar a biografia de um renomado jogador de futebol, famoso não só pela habilidade que apresentava no esporte, sendo, inclusive, frequentemente convocado para a seleção brasileira, como por sua conturbada vida pessoal. Ao solicitar ao jogador o acesso ao seu arquivo pessoal, Enéas recebeu não só a negativa de colaboração como também uma vedação peremptória à futura publicação da obra cuja elaboração há pouco se iniciara.

Ao procurar um advogado, foi corretamente informado a Enéas que, na perspectiva constitucional:

- a) a publicação da obra, enquanto projeção do direito à intimidade, está condicionada à autorização do jogador.
- b) a publicação da obra somente não carecerá de autorização do jogador enquanto ele estiver em atividade, o que decorre do interesse público na informação.

- c) apesar de a publicação da obra não carecer de autorização do jogador, é necessário que aprove o seu conteúdo, de modo a evitar a potencial causação de danos morais.
- d) não é necessária a autorização da pessoa biografada, o que decorre da prevalência das liberdades de pensamento e de expressão, incompatíveis com a censura prévia.
- e) a publicação da obra somente carecerá de autorização do jogador enquanto ele estiver em atividade, o que decorre do seu possível impacto no direito social ao trabalho.

5. (FGV – 2023) A Constituição Federal de 1988 (CF/88) teve como prioridade a disposição de uma ampla gama de direitos em seu texto, ficando conhecida como Constituição Cidadã.

Sobre os direitos previstos expressamente na CF/88, assinale a afirmativa **correta**.

- a) Ninguém será submetido à tortura, exceto em caso de estado de sítio.
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo, no entanto, vedado o anonimato.
- c) A prestação de assistência nas entidades de internação coletiva é assegurada, salvo a religiosa.
- d) É garantido o direito de propriedade, tendo como exceção o confisco para reforma agrária.
- e) A criação de associações é livre, desde que autorizadas pelo Poder Executivo.

6. (FGV – 2023) Assinale a opção que representa um direito ou garantia individual previsto expressamente no Art. 5º da Constituição Federal de 1988.

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida autorização prévia da autoridade competente.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- c) A prática do racismo constitui crime inafiançável, porém prescritível em 15 (quinze) anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) Não haverá pena de morte, mesmo em caso de guerra declarada.

7. (FGV – 2023) Pablo, cidadão espanhol, viveu durante alguns anos no território brasileiro, ocasião em que desenvolveu diversas atividades econômicas e adquiriu inúmeras obras de arte. Em determinado momento, por sugestão de sua família, decidiu retornar para a sua pátria.

Muito cioso dos seus deveres, Pablo consultou seu advogado a respeito dos requisitos a serem observados, consoante a Constituição da República, para que pudesse sair do território nacional, sendo-lhe corretamente informado que

- a) pode sair do território nacional com seus bens, observados os balizamentos estabelecidos pela lei.
- b) pode sair livremente do território nacional, mas deve apresentar justificativa para que possa levar os seus bens.
- c) depende de autorização da autoridade competente para que possa sair do território nacional e ainda levar os seus bens.
- d) como é estrangeiro, não sendo alcançado pelos direitos fundamentais, cabe apenas à lei dispor sobre a possibilidade, ou não, de sair com seus bens do território nacional.
- e) por expressa determinação constitucional, pode sair livremente do território nacional com seus bens, não sendo possível que a lei estabeleça qualquer condicionante.

8. (FGV – 2023) Maria, cidadã mexicana, reside há um ano no território brasileiro. Como sua permanência no Brasil se estendia no tempo, decidiu consultar um advogado a respeito da possibilidade, ou não, de invocar os direitos fundamentais consagrados na Constituição da República de 1988.

O advogado respondeu, corretamente, que os referidos direitos:

- a) somente são reconhecidos aos brasileiros natos e, nos limites estabelecidos pelo ato de naturalização, aos brasileiros naturalizados, não a estrangeiros como Maria.
- b) podem ser fruídos por Maria, observadas as distinções estabelecidas pela ordem constitucional em relação aos brasileiros.
- c) são plenamente reconhecidos a Maria, sem qualquer distinção em relação aos brasileiros natos ou naturalizados.
- d) somente são reconhecidos aos brasileiros, natos ou naturalizados, não a estrangeiros como Maria.
- e) podem ser fruídos por Maria caso a legislação infraconstitucional venha a reconhecê-los.

9. (FGV – 2023) A associação dos moradores do Bairro Delta vinha realizando muitas e fundadas críticas à gestão do prefeito municipal, o que comprometia a sua popularidade. Preocupado com a próxima eleição municipal, quando concorreria à reeleição, o prefeito municipal solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de a associação de moradores vir a ser dissolvida compulsoriamente.

A assessoria respondeu, **corretamente**, que:

- a) nenhuma associação, uma vez constituída em harmonia com a ordem jurídica, pode vir a ser dissolvida.
- b) a associação de moradores somente pode ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, em estando presentes os requisitos exigidos.
- c) como a associação de moradores necessitou de autorização do Município para ser constituída, bastaria a revogação dessa autorização para que ela fosse dissolvida.
- d) como a associação de moradores necessitou de autorização em lei municipal específica para ser constituída, somente outra lei municipal poderia determinar que fosse dissolvida.
- e) a dissolução compulsória da associação de moradores é da alçada do Município, mas pressupõe a comprovação de que tenha sido utilizada para a prática de atos ilícitos, assegurada a ampla defesa.

10. (FGV – 2022) Determinada associação, direcionada ao desenvolvimento psicossocial da pessoa e da família, foi objeto de muitas críticas no âmbito da Secretaria de Apoio Familiar do Estado-membro Alfa. Argumentava-se que diversas atividades desenvolvidas pela associação eram moralmente reprováveis, além de representarem apologia ao crime.

Em razão desses fatos, a assessoria jurídica foi consultada a respeito da possibilidade de a associação ter suas atividades suspensas, sendo respondido, corretamente, que a suspensão alvitada:

- a) somente seria possível após a condenação em processo administrativo.
- b) somente seria possível por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado.
- c) não seria possível, pois a liberdade de associação tem estatura constitucional.
- d) exige decisão transitada em julgado, quer seja proferida em processo administrativo, quer em processo judicial.
- e) exige o julgamento do ilícito em processo administrativo, requisito da ação judicial na qual a suspensão será requerida.

11. (FGV – 2022) Joana inscreveu-se em concurso público destinado ao provimento de determinado cargo efetivo do Estado Beta. Ao ser comunicada da data de realização da avaliação correspondente à segunda fase do certame, percebeu que isto ocorreria justamente em um dia da semana no qual sua religião não permitia a prática de qualquer atividade.

Considerando a forma como a liberdade de religião é tratada pela ordem constitucional, é correto afirmar que Joana:

- a) tem o direito público subjetivo à alteração da data de realização de sua avaliação, qualquer que seja a sua natureza.
- b) pode ter, ou não, a data de realização da avaliação alterada, o que reflete ato discricionário da Administração, que sequer carece de motivação.
- c) não pode ser autorizada a realizar a prova em data distinta, já que a laicidade do Estado impede que os praticantes de uma religião sejam privilegiados.
- d) pode vir a ter alterada a data da avaliação, desde que presentes a razoabilidade, a preservação da igualdade e não haja ônus desproporcional para a Administração.

12. (FGV – 2022) Maria e João decidiram constituir uma associação civil com o objetivo de defender os interesses dos moradores da região em que residem.

Ao conversarem informalmente com Pedro, foram informados:

I. da necessidade de prévia autorização da secretaria competente do Município, considerando a área de atuação do futuro ente.

II. de que todos os moradores da região, sem distinção, em observância ao princípio da isonomia, seriam automaticamente associados.

III. de que, após ser criada, a associação poderia ter suas atividades suspensas por decisão administrativa, mas não ser extinta dessa forma, caso praticasse atos ilícitos.

Em relação às informações de Pedro, à luz da sistemática constitucional, está incorreto o que se afirma em

- a) **I**, apenas.
- b) **I e II**, apenas.
- c) **I e III**, apenas.
- d) **II e III**, apenas.
- e) **I, II e III**.

13. (FGV – 2022) Em razão da crise financeira que assolava sua região, João estava muito preocupado pelo fato de não estar conseguindo pagar uma série de dívidas, o que, a seu ver, poderia acarretar a sua prisão.

Por tal razão, consultou um advogado, que o informou corretamente que a decretação da prisão civil por dívida

- a) não é admitida, em nenhuma hipótese, pela ordem constitucional brasileira.
- b) só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- c) só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e na do depositário infiel.
- d) só é admitida nas hipóteses em que haja ordem judicial específica para o pagamento da dívida, qualquer que seja sua origem.
- e) só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, na do depositário infiel e na hipótese de abandono material de idosos.

14. (FGV – 2022) Pedro possuía uma dívida e tinha receio de ser preso caso não realizasse o respectivo pagamento. Por essa razão, procurou um advogado e o consultou sobre a possibilidade de o seu temor se concretizar e, conseqüentemente, vir a ser preso.

O advogado respondeu corretamente que, de acordo com a ordem constitucional brasileira, Pedro

- a) não poderia ser preso por dívida, qualquer que seja a origem da obrigação jurídica.
- b) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida de obrigação alimentícia.
- c) poderia ser preso apenas se não pagasse dívida de obrigação alimentícia, de modo voluntário e inescusável, ou fosse depositário infiel.
- d) poderia ser preso por dívida caso a condenação fosse imposta por autoridade jurisdicional e não fosse pago o respectivo valor no prazo estipulado.
- e) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida tributária ou qualquer outra que tenha como credor criança, adolescente ou idoso.

15. (FGV – 2022) A Lei nº XX, do Estado Alfa, foi editada com o objetivo de disseminar responsabilidade no manejo dos recursos administrativos pela população em geral, o que se devia à alarmante estatística de que 90% das irresignações eram infundadas. Para tanto, exigiu que, nos processos administrativos em que ocorresse a aplicação de multa aos administrados, a admissibilidade do recurso estava condicionada ao depósito prévio de 50% do valor da penalidade.

Irresignada com o teor da Lei nº XX, a Associação dos Comerciantes do Estado Alfa consultou um(a) advogado(a) a respeito da sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe respondido, corretamente, que o referido diploma normativo é

- a) inconstitucional, pois os processos administrativos são direcionados aos atos internos da Administração Pública, não podendo resultar em penalidades aos administrados.
- b) constitucional, caso o referido diploma normativo tenha assegurado a possibilidade de o depósito prévio ser substituído pelo arrolamento de bens.
- c) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre o processo administrativo estadual e a medida se ajusta ao princípio da proporcionalidade.
- d) inconstitucional, na medida em que o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.
- e) constitucional, pois compete ao Estado instituir taxas e outras exações tributárias pelos serviços que presta.

16. (FGV – 2022) Em razão do iminente risco de uma enchente no Município Alfa, o prefeito determinou que os pacientes internados no hospital municipal fossem levados para um imóvel particular que estava desocupado, situado em local mais elevado, o que se deu sem prévia autorização do proprietário.

À luz da sistemática constitucional, a ação do prefeito municipal foi:

- a) correta, pois a função social da propriedade permite o seu uso, pelas autoridades constituídas, sempre que entenderem ser útil para o interesse público.
- b) correta, considerando a existência de iminente perigo público, devendo ser assegurado ao proprietário o direito a posterior indenização, se houver dano.
- c) errada, pois a propriedade privada, ressalvada a hipótese de desapropriação, não pode ser utilizada sem prévia autorização do proprietário.
- d) errada, pois o direito à propriedade é absoluto, salvo se inexistisse qualquer outro imóvel público passível de ser utilizado, o que deveria ser objeto de prova.
- e) errada, pois o uso de imóvel privado exige prévia justificativa, declinada em processo administrativo, sendo assegurado ao proprietário o direito à indenização em valor idêntico ao aluguel do imóvel.